



Avaliações iniciais da orientação técnica para atendimento ao PNAE: o caso de agricultores familiares no município de Rio Pomba/MG

Initial assessments of technical guidance for PNAE compliance: the case of family farmers in Rio Pomba / MG

TEODOLINO, Francele Contarini¹; CÓCARO, Henri²; LOURENÇO, Fagner José de Carvalho³; SANTOS, Márcio Soares⁴; IANASE, Arthur Martinelli⁵

¹ Estudante de Bacharelado em Agroecologia, IF Sudeste MG/Campus Rio Pomba, francelecontarini@hotmail.com; ² Prof. do IF Sudeste MG/Campus Rio Pomba/Departamento Acadêmico de Ciências Gerenciais, e-mail: henri.cocaro@ifsudestemg.edu.br; ³ Bacharel em Agroecologia e Técnico Administrativo em Educação do IF Sudeste MG/Campus Rio Pomba, fagner.lourenco@ifsudestemg.edu.br; ⁴ Bacharel em Agroecologia pelo IF Sudeste MG/Campus Rio Pomba, marciosoaesgraf@hotmail.com; ⁵ Estudante de Bacharelado em Agroecologia, IF Sudeste MG/Campus Rio Pomba, arthur.mvp@gmail.com.

Eixo temático: Campesinato e Soberania Alimentar

Resumo: Desde 2016 o Núcleo de Estudos em Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional do Instituto Federal de Rio Pomba (NEASSAN-IFRP) vêm apoiando o setor de alimentação do IF Sudeste MG/Campus Rio Pomba para atender as chamadas públicas do PNAE. Dado a dificuldade de assistência técnica para produção, o NEASSAN-IFRP construiu uma parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Rio Pomba-MG. O objetivo da experiência foi relatar as ações do NEASSAN-IFRP para apoiar agricultores familiares sindicalizados que entregavam alimentos no PNAE do município. A abordagem metodológica utilizada foi à participativa/construtivista que incluiu a implantação de um caderno de manejo. Os principais resultados indicaram aumento no volume e na diversidade de alimentos produzidos e forte participação das mulheres no PNAE. Como lições aprendidas ressalta-se a necessidade de continuação do trabalho para acompanhar os resultados advindos com a transição agroecológica.

Palavras-Chave: Transição agroecológica; Extensão rural; Segurança Alimentar.

Keywords: Agroecological transition; Rural extension; Food Security.

Contexto

Em 2009 foi aprovada a lei 11.947, a qual instituiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como um programa de assistência financeira suplementar para compra de alimentos da merenda escolar de agricultores familiares. Por essa lei, do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de alimentos da agricultura familiar e do empreendedor rural ou de suas organizações (FNDE, 2018).

Em 2016 foi realizada a primeira chamada pública do PNAE operacionalizada pelo IF Sudeste MG/Campus Rio Pomba e contou com apenas um agricultor. Ao fim de 2016, o NEASSAN-IFRP iniciou trabalho com o setor de alimentação objetivando aumentar o número de agricultores a participarem na chamada pública do PNAE de 2017. Com a realização do trabalho junto aos agricultores esta contemplou 10



agricultoras e 6 agricultores familiares para aquisição de 14 tipos de alimentos totalizando mais de 6 toneladas. As aquisições iniciaram em outubro de 2017 e terminaram em 2018. Nova chamada pública ocorreu em 2019, com o apoio do NEASSAN-IFRP, contemplando 8 agricultoras e 3 agricultores para aquisição de 21 tipos de alimentos totalizando mais de R\$ 77.000,00 de recursos destinados a compras de alimentos de agricultores familiares através do PNAE.

Contudo, um dos fatores que surgiram durante as entregas desta chamada foi a dificuldade de assistência técnica para produção, o que levou a construção de uma parceria entre o Núcleo de Estudos em Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional do Instituto Federal de Rio Pomba (NEASSAN-IFRP) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e Agricultores Familiares de Rio Pomba-MG (STRAAF).

Não é o objetivo deste trabalho discutir a forte dependência dos agricultores familiares à assistência técnica governamental, oferecida pelo Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) nos diversos estados brasileiros. Ainda que haja outros agentes que realizam assistência técnica como ONG's, Universidades, SEBRAE, Secretarias de Agricultura Municipais, instituições privadas e outros tipos de organização de apoio e fomento, cabe a EMATER a maior parte da responsabilidade de ofertar assistência técnica pública gratuita no país.

Essa dependência não é só em relação ao conjunto de documentos exigidos aos agricultores para acessarem ao PNAE (como a Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, por exemplo), mas principalmente em relação à assistência técnica de campo para a produção de alimentos. Esta é relatada pelos próprios agricultores como um dos principais desafios (SILVA et al, 201; CASTRO, 2015; MEDINA e NOVAES, 2014; FERREIRA et al, 2009).

Na maior parte do país, os agentes públicos de assistência técnica não conseguem atender adequadamente a demanda dos agricultores familiares como apontado por Castro e Pereira (2017), seja devido a escassez de pessoal, estrutura, recursos de custeio, seja por causa das mudanças da orientação política municipal que a cada período de mandato (des)valoriza a produção de frutas, legumes e verduras como atividade econômica para a geração de renda e desenvolvimento local.

Entende-se aqui que não é função do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais atuar como agente público de assistência técnica e extensão rural. No entanto, dado as habilidades e competências do corpo de integrantes do NEASSAN-IFRP, o objetivo da experiência foi relatar ações desenvolvidas para orientação técnica de agricultores familiares sindicalizados que entregavam alimentos através do PNAE no município de Rio Pomba/MG.

Descrição da Experiência

A ação de orientação técnica tem como origem projeto aprovado no Edital nº 03/2018 de Interface entre Pesquisa, Extensão e Inovação do IF Sudeste MG com

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



ações alinhadas às atividades do NEASSAN-IFRP e atender uma demanda do STRAAF, como entidade parceira.

A abordagem metodológica utilizada foi à participativa/constructivista fundamentada na compreensão da diferença conceitual entre assistência técnica e orientação técnica apresentada por Coelho (2014). Para a autora a assistência técnica tem como prática principal da intervenção profissional a persuasão dos produtores/agricultores para o consumo de tecnologias industriais. Já a perspectiva de orientação técnica tem orientado a prática do profissional de ciências agrárias por uma conduta democrática (COELHO, 2014, p 101). Também se fundamenta no reconhecimento do protagonismo do agricultor familiar com capacidades para agir e transformar seu meio a fim de melhorias na sua qualidade de vida. Tomando a participação como aspecto conceitual importante nessa concepção, a perspectiva da orientação técnica buscou dialogar com os agricultores (individualmente e coletivamente) para a troca de saberes (acadêmico e popular) sobre técnicas de cultivos pautadas pela agricultura ecológica e fomentou encontros para a difusão de técnicas de produção e experiências obtidas pelos diferentes agricultores.

Foram realizadas visitas *in loco* a 11 agricultores familiares sindicalizados que entregavam alimentos pelo PNAE no município de Rio Pomba. As visitas foram realizadas em 4 comunidades, sendo elas: Monte Alegre, Formigas, Bom Jardim e Coelhos. O cronograma de visitas foi elaborado junto aos agricultores a fim de definir o dia e hora mais adequada para elas sendo divididas em 4 rodadas. Na 1ª rodada foram visitadas as comunidades de Formigas (08/08/2018), 1 agricultora e 1 agricultor; Bom Jardim (08/08/2018), 1 agricultora e 1 agricultor; Coelhos (15/08/2018), 6 agricultoras e 1 agricultor; e Monte Alegre (27/08/2018), 3 agricultoras e 1 agricultor. Na 2ª rodada foram visitadas as comunidades de Formigas (04/09/2018), 1 agricultora e 1 agricultor; Coelhos (12/09/2018), 6 agricultoras e 1 agricultor; e Monte Alegre (19/09/2018), 3 agricultoras e 1 agricultor. Na 3ª rodada foram visitadas as comunidades de Formigas (13/11/2018), 1 agricultora e 1 agricultor; Coelhos (14/11/2018), 4 agricultoras e 1 agricultor; e Monte Alegre (26/11/2018), 2 agricultoras e 1 agricultor. Na 4ª rodada foram visitadas as comunidade de Formigas (12/03/2019), 1 agricultora e 1 agricultor; Coelhos (31/05/2019), 2 agricultoras e 2 agricultores; e Monte Alegre (23/05/2019), 2 agricultoras e 1 agricultor.

Também fez parte da metodologia a implantação de um caderno de manejo, para que os agricultores registrassem informações sobre plantio, práticas de manejo, colheita e comercialização.

Resultados

A área média das unidades de produção visitadas era de 3,8 hectares por família. Em media era destinado 0,03 ha para produção de hortaliças, legumes, leguminosas e tubérculos, que representam um total de 15 tipos de alimentos dos 21 contidos na Chamada Pública 2019 do IF Sudeste MG/Campus Rio Pomba. Foi possível perceber nas duas primeiras visitas um aumento no volume e na diversidade de



alimentos produzidos e melhora na organização do espaço de plantio utilizando técnicas de conservação do solo, como plantios em nível, utilização de cobertura morta sobre os canteiros e outras técnicas. Após quatro rodadas de visitas, destaca-se a forte participação das mulheres no PNAE evidenciando a sua contribuição para a garantia da soberania e segurança alimentar no município.



Figura 1. 1ª rodada de visitas na linha de fotos superior; 2ª rodada de visitas na linha inferior.



Figura 2. 3ª rodada de visitas na linha de fotos superior; 4ª rodada de visitas na linha inferior.

A equipe percebeu durante a 4ª rodada de visitas que houve redução da produção, no campo para atendimento as chamadas do PNAE que ocorreram em 2019. Uma das justificativas para isso foi o sucateamento de outros programas públicos de fomento à agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Isso levou os agricultores a migrarem para o PNAE o que aumentou a quantidade de agricultores nas chamadas públicas (aumentou a concorrência) o que conseqüentemente reduziu a quantidade distribuída de alimentos para cada agricultor, o que em parte, explica a redução da produção observada.



Com o caderno (Figura 3) a equipe pretende obter informações para construir, em conjunto com os agricultores, uma proposta de escalonamento de produção para aumentar a oferta de alimentos ao PNAE seguindo princípios da agricultura ecológica. Ainda que a concorrência para acesso ao PNAE tenha aumentado, a equipe de orientação técnica acredita que o escalonamento da produção permita que os agricultores acessem outros mercados e se preparem para participar do Sistema de Participação por Garantia (SPG) que está sendo construído na Zona da Mata de Minas Gerais impulsionado pela Lei 23.207 que instituiu a Zona da Mata de Minas Gerais como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica.



Figura 3. De cima para baixo, da esquerda para direita: Caderno de manejo; Registros das reuniões realizadas no STRAAF; Dia de campo sobre cultivo de solanáceas.

O trabalho da equipe de orientação técnica necessita de tempo para que as informações obtidas possam ser comparadas ao longo do tempo, exigindo continuidade no trabalho, sistematização de informações e manutenção de uma equipe composta por agroecólogos e estudantes de agroecologia.

Agradecimentos

Ao STRAAF de Rio Pomba, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao IF Sudeste MG/Campus Rio Pomba.

Referências bibliográficas

CASTRO, C. N. de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. IPEA, 12/jul.-dez. 2015.

CASTRO, C. N. de; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ater. **Texto para discussão-2343**. IPEA, Brasília, outubro, 2017. 48p.



COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos**. Viçosa: Editora UFV, 2014. 188 p.

FERREIRA, P. A.; PEREIRA, J. R; ALENCAR, E.; SANTANA, A. C. Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 47, n. 3, p. 769-792, Sept. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 Mar. 2018.

FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 21/03/2018.

MEDINA, G.; NOVAES, E. Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 385-397, jul./dez. 2014.

SILVA, D. B. P. da; BACCARINI, J. G.; ALEIXO, S. S. FILIPAK, A. Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a percepção dos agricultores familiares. **Anais...** Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes. UNESP, Araraquara-São Paulo, 2013.